
TEMAS EM DESTAQUE

TRABALHO INFANTO-JUVENIL E EDUCAÇÃO

Os artigos reunidos para o Tema em Destaque desta edição suscitam reflexões relacionadas às peculiaridades dos seus conteúdos específicos e das suas áreas disciplinares, a História e a Antropologia. Entretanto, os textos transbordam esses limites, ao trazer indagações mais amplas sobre a questão do trabalho infanto-juvenil e a educação.

O artigo de Ana Bérnard da Costa, por meio de uma abordagem antropológica, ocupa-se das representações sobre a educação escolar e das práticas familiares, nos subúrbios de Maputo, em Moçambique, em relação à escolarização e o trabalho de suas crianças e adolescentes. O texto faz um contraponto aos outros dois, tanto por tratar do período contemporâneo, como por focalizar a perspectiva das famílias e não as propostas legais e institucionais.

O artigo escrito por Ana Cristina do Canto Lopes Bastos e por mim trata do controle do judiciário, no final do século XIX, na comarca de Bragança, São Paulo, sobre a tutela de órfãos pobres e das suas condições de vida nessa relação.

Maria Carolina Zapiola ocupa-se dos debates sobre a regulamentação legal do trabalho infantil na Argentina, ocorrida em 1907, relacionada à Lei de Educação Comum, de 1884 e à situação das crianças e adolescentes envolvidas nessas atividades.

Cada uma das palavras que compõem o tema permite desdobramentos que problematizam a sua conceituação e a inter-relação com as outras, o que fica mais ou menos evidente ou explicitado nos diferentes artigos.

O trabalho transparece como atividade humana que não pode ser simplesmente caracterizada como negativa. No que se refere às atividades de crianças e adolescentes, o elemento crucial fica subjacente: a exploração do trabalho. As relações econômicas não podem ser abstraídas, pois é nelas que se encontra o cerne da degradação.

A denominação trabalho infantil também apresenta limites, daí a opção por denominar o tema como trabalho infanto-juvenil. Todos os artigos se referem a crianças mais velhas, dos 7 aos 12 anos e a adolescentes, até os 18 anos, e até mesmo jovens, quando se apresentam dados relativos à população de até 20 anos de idade. A infância, em seu sentido estrito, dos 0 aos 6 anos, está ausente dos textos, que se ocupam do período caracterizado por Ariès como do "prolongamento da infância". No campo das ciências humanas, de modo geral, tem-se incorrido no que poderíamos chamar de um "anacronismo etário", que acarreta análises imprecisas e generalizantes, ao tratar com descuido das subdivisões das idades em seus limites inferior e superior e nivelar as condições e necessidades dos pequeninos e dos que chegam à juventude.

Com referência à educação, os artigos permitem questionar um certo romantismo, corrente na área educacional, que quer enxergar apenas uma educação escolar universalizada ou homogênea, fechando os olhos para os processos sociais e históricos, que segmentam os setores desfavorecidos, destinando-lhes arremedos de instituições educacionais, ou mesmo formulando ideários que excluem o direito à educação na escola para os mais pobres. Daí a importância de se tomar como ponto de partida as relações da sociedade com a infância e a

juventude, em suas diferentes condições, idades e situações: meninos, meninas, pequenos, maiores, ricos, pobres, trabalhadores, abandonados, deficientes, imigrantes, indígenas etc. Essa perspectiva permite buscar compreender

de forma mais ampla os processos envolvidos nos cuidados educacionais, ontem e hoje, sem restringi-los a modelos predeterminados.

Moysés Kuhlmann Jr.
mkuhlmann@pq.cnpq.br